

O LAZER NO PEDAÇO: A ÁREA CENTRAL DE JOINVILLE/SC E AS CATEGORIAS DE JOSÉ MAGNANI

Recebido em: 02/11/2017

Aceito em: 09/08/2018

*Cristienne Magalhães Pereira Pavez*¹

*Vera Lúcia Nehls Dias*²

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis – SC – Brasil

RESUMO: Este estudo apresenta um olhar acerca das áreas de lazer no centro de Joinville/SC a partir dos estudos do antropólogo José G. Cantor Magnani e suas categorias de análise que ajudam a interpretar a dinâmica de um determinado lugar. O artigo se divide em três partes, sendo a primeira introdutória com abordagem teórica sobre o direito a cidade e os espaços de lazer, a segunda traz uma revisão sobre alguns textos de Magnani que enfocam o lazer em áreas centrais e, na terceira, se apresenta um pequeno estudo de caso da Praça Nereu Ramos, situada na área Central da cidade de Joinville/SC onde são realizadas reflexões com base no autor estudado. Este estudo foi realizado com apoio documental, uma pesquisa qualitativa que procura utilizar as bases teóricas de análise de Magnani em um caso empírico particular. Como resultados, se tem uma análise dos espaços centrais de lazer e uma reflexão sobre suas significações no mundo contemporâneo.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Relações Interpessoais. Planejamento de Cidades.

THE LEISURE IN THE ‘TURF’: THE CENTRAL AREA OF JOINVILLE / SC AND THE CATEGORIES OF ANALYSIS OF JOSÉ MAGNANI

ABSTRACT: This study presents a look at the leisure areas in the center of Joinville / SC based on the studies of the anthropologist José G. Cantor Magnani and his categories of analysis that help to interpret the dynamics of a certain place. The article is divided into three parts, the first is the introduction with a theoretical approach on the city rights and leisure spaces. The second one reviews texts written by Magnani that focus on leisure in central areas and, the third, it is a small case study of the Nereu Ramos Square, located in the Central area of the city of Joinville/SC, where reflections are carried out based on Magnani studies. This study was conducted with documentary support, a qualitative research that seeks to use the theoretical bases of Magnani's

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento socioambiental e Docente da UNISOCIESC.

² Professora no Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento socioambiental (PPGPLAN - Mestrado e Doutorado).

analysis in a particular empirical case. As results, we have an analysis of the central spaces of leisure and a reflection on their meanings in the contemporary world.

KEYWORDS: Leisure Activities. Interpersonal Relations. City Planning.

Introdução

Os estudos sobre lazer no Brasil são recentes, a primeira publicação científica é de 1959, com discussões de Acácio Ferreira, intitulado “Lazer operário, um estudo de organização social das cidades”. Desde o início da era industrial até os tempos atuais a questão do lazer e sua importância nas cidades, vem se alterando com as mudanças políticas, econômicas e sociais. Sobre o lazer em âmbito urbano Ethel Medeiros escreveu o livro “O Lazer no Planejamento Urbano”, em 1971, dando destaque às interações sociais que estes espaços promoviam:

[...] ver o tempo de sobra como fator de integração do homem no grupo. Porque o lazer facilita contatos primários diversificados e em clima de espontaneidade e alegria, favorecendo o convívio de pessoas vindas de campos profissionais e níveis socioeconômicos distintos, ele tem sido utilizado para facilitar as relações humanas (MEDEIROS, 1971, p.115).

O lazer no espaço urbano é, ainda hoje, pouco discutido no meio acadêmico, entretanto, merece maior atenção, tendo em vista o que representam estes espaços na dinâmica da cidade: local onde as pessoas se encontram, se conectam, criam laços entre si e com a cidade, construindo sociabilidades.

O presente ensaio tem como objetivo investigar o espaço público de lazer através das contribuições do antropólogo Jose Cantor Magnani, que desde a década de 80 se debruça sobre estas questões e é referência nos estudos sobre lazer no espaço urbano.

A metodologia adotada se estruturou em torno da pesquisa qualitativa que se dividiu em três partes principais, sendo a primeira uma revisão bibliográfica sobre espaço urbano, direito a cidade e espaço público de lazer; a segunda enfocou os estudos de Jose Magnani, em especial sobre as áreas centrais e; na terceira parte, a análise do caso da Praça Nereu Ramos, localizada na cidade de Joinville, em que o valor de uso como lazer se alterou no espaço-tempo.

O Direito aos Espaços Públicos de Lazer

O pesquisador francês Henri Lefebvre em seu livro ‘O direito a cidade’ (1991 [1969]), oferece importantes contribuições sobre as questões do espaço urbano e a relação social. Em suas discussões apresenta o cidadão urbano e sua postura alienada, decorrente do sistema econômico capitalista, que por meio do estado e suas políticas públicas limitam o papel do cidadão e seu envolvimento com o espaço urbano.

Para o autor, o mesmo Estado que limita a ação dos cidadãos deveria ser o agente a assegurar seus direitos:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização, na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991 p. 135).

Este direito a cidade, ao espaço urbano, se expressaria pelo valor de uso e não pelo valor de troca, conceito lefebvriano que descreve a apropriação do espaço pelos agentes urbanos, sendo o valor de uso relacionado à fruição na “cidade e na vida urbana, ao tempo urbano”, enquanto o valor de troca teria relação com o trabalho, com “os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos” (LEFEBVRE, 1991, p.27). Reflexão semelhante tem M. Santos, para quem os

espaços geográficos são convertidos em locais de produção pelo capital, onde são avaliados conforme sua capacidade de gerar lucros, até que venha a ser substituído por outro espaço que ofereça maior rentabilidade (SANTOS, 1999).

Para o autor, é necessária uma nova forma de olhar para o espaço urbano e não ver apenas a materialidade das coisas, mas as relações sociais invisíveis e presentes no valor de uso dos espaços, cuja força é condicionante principal das transformações sócio espaciais (SANTOS, 1999).

Com apoio nas considerações miltonianas o presente estudo irá abordar o sistema de objetos (elementos fixos) e sistema de ações (fluxos) e é nesta base que se forma o espaço. Para entender a evolução do espaço público de uso coletivo, estas questões são preeminentes, assim como a questão espaço-tempo. “O valor total das coisas se modifica, a cada momento, arrastando a alteração do valor de cada coisa. Tal distribuição de valores não é aleatória. Ela revela as determinações pelas quais a realidade total vai mudando para se encaixar nas formas preexistentes ou criadas” (SANTOS, 1999, p.103-104).

O Espaço de Lazer e as Contribuições Teóricas do Antropólogo José Magnani

A antropologia urbana não manifestava muito interesse pelas questões de lazer quando o antropólogo José Cantor Magnani iniciou seus estudos sobre o tema em 1978, a temática era considerada irrelevante se comparada com assuntos cotidianos como trabalho e política. Em sua primeira obra “Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade”, um livro publicado em 1984 (resultado de sua tese de doutoramento), o autor apresenta pesquisas da década de 80, quando o momento de lazer era considerado de menor importância no meio acadêmico:

Partir do lazer e não do trabalho pode ainda parecer pouco ortodoxo e sujeito a reservas: o lazer está nos antípodas daquilo que se considera o lugar canônico da formação da consciência de classe, ocupa uma parte mínima do tempo do trabalhador e não apresenta implicações políticas explícitas. Atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer – mas talvez por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua (MAGNANI, 1984, p. 22).

Por ser o lazer um momento de oposição ao trabalho é preciso compreender a esfera econômica que rege a força de trabalho e suas alterações. No Brasil a década de 80 foi marcada por crises econômicas, que resultaram em mudança na força de trabalho familiar, o grupo precisava ampliar seus rendimentos para sobreviver, já não era mais suficiente o trabalho apenas do homem, era preciso incluir a esposa e os filhos (OMETTO; FURTUOSO e da SILVA, 1995).

Desde a Revolução industrial o trabalhador passou a receber cargas de atividades que o levavam ao limite de exaustão e seu tempo de “ócio” representava apenas o momento de reposição de energias para uma nova carga de atividades. Este ciclo só era interrompido em momentos festivos como eventos religiosos. Entretanto com a estruturação do capitalismo ocorreu uma mudança socioeconômica, o produtor (o empregador) passou a ser o responsável pela manutenção da força de trabalho e assim subsidiar os custos de suas necessidades básicas (habitação, transporte, saúde e lazer) (MAGNANI, 1996).

Neste período o Estado era o estruturador social para induzir a força de trabalho a caminhar no passo do novo modelo econômico. O “capital e o trabalho estavam alicerçados na cooptação e subordinação completa do trabalhador capitalista. As ações do governo, autoritário e centralizador, dirigiam-se para a formação de verdadeiros campos de concentração fabris” (SOUZA, 133-134, 2008).

A questão do lazer foi historicamente pouco verbalizada e requerida pela população em geral, por ter sido educada que “o trabalho é o que dignifica o homem”, e o tempo de “ócio” é coisa de “vagabundo”. O lazer não era visto pela população como um direito social, nem como uma necessidade (MARCELLINO, 2001).

Mesmo com este cenário as famílias mantem suas relações de sociabilidade, no pouco tempo que lhes resta, buscam formas de manter e estabelecer seus vínculos. Em pesquisa sobre as interações em locais de lazer Magnani nomeia o termo “pedaço” como uma das categorias para o entendimento da dinâmica que ocorre em espaços de lazer e esclarece que o “termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica [...]” (MAGNANI, 1988, p.39).

Um espaço público de uso coletivo com a função de lazer deve permitir, através de seus elementos, a permanência dos cidadãos e suas relações. “O “pedaço” é ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para seu exercício e fruição” (MAGNANI, 1996, p.13).

Os estudos do autor (ibidem) se iniciam relacionados ao lazer nos bairros, e revelam a importância dos laços de familiaridades e de vizinhança nas relações sociais, elementos estes definidores de quem pertence ou não ao “pedaço”.

Mas é no centro da cidade, onde existe maior heterogeneidade, que em 1986 no artigo “Os pedaços do centro”, que o autor tenta compreender se a lógica do “pedaço” que estudava no bairro se aplicava também nas áreas centrais. Identificou que acontecem, mas de forma diferente, e que precisava sistematizar a observação.

Em 1992 com o artigo “Da Periferia ao Centro: Pedaços & Trajetos” explorou as relações coletivas e o espaço onde estas ocorriam. Deslocou-se do ambiente de moradia

e vizinhança (que era no bairro) e passou a tratar das práticas de lazer e encontros (agora em áreas centrais), das relações das pessoas, que já não eram mais com seus conhecidos, e sim com indivíduos desconhecidos. Para este estudo, o autor definiu duas categorias macros: a simbólica e a espacial e dentro destas, outras quatro categorias de análise foram reconhecidas: o pedaço, a mancha, o trajeto, o pórtico (em 2006 acrescentou também o circuito).

Na simbólica se referiu a elementos que apresentassem maior ambiguidade, em que os cidadãos pudessem se reconhecer como “portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo, modos de vida semelhantes” (MAGNANI, 1992, p.195).

Na categoria espacial os elementos simbólicos geraram características específicas de apropriação que remeteram a uma identidade local e apresentam-se em *manchas* de lazer, “lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de frequentadores” (MAGNANI, 1992, p.196).

O pedaço, caracteriza uma referência espacial em que com frequência as pessoas se unem através do reconhecimento de suas identidades simbólicas. Um determinado espaço quando “[...] torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebe o nome de “pedaço”” (MAGNANI, 2006, p.21).

A mancha, define um padrão de ordenamento descrito como “uma área contígua do espaço urbano dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam [...] uma atividade ou prática predominante” (MAGNANI, 1992, p.196).

Numa *mancha* de lazer, os equipamentos podem ser bares, restaurantes, cinemas, teatros, o café da esquina etc., os quais, seja por competição seja por complementação, concorrem para o mesmo efeito: constituir pontos de referência para a prática de determinadas atividades. Já uma *mancha* caracterizada por atividades ligadas à saúde, por exemplo,

geralmente se constitui em torno de uma instituição do tipo âncora – um hospital –, agrupando os mais variados serviços (farmácias, clínicas particulares, serviços radiológicos, laboratórios etc.), e assim por diante (MAGNANI, 2006, p.22).

O trajeto são caminhos feitos pela população na cidade e que ligam os transeuntes aos seus equipamentos de interesse. “Assim, a ideia de *trajeto* permite pensar tanto na possibilidade de escolhas no interior das *manchas* como a abertura dessas *manchas* e *pedaços* em direção a outros pontos no espaço urbano” (MAGNANI, 2006, p.23).

O pórtico é o espaço de passagem, locais vazios, que podem ser considerados de perigo. “Lugares que já não pertencem à *mancha* de cá, mas ainda não se situam na de lá; escapam aos sistemas de classificação de uma e outra [...] muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados...” (MAGNANI, 2006, p.23).

O circuito é um elemento que vincula domínios para além da categoria espacial, tem a função de relacionar seus usuários habituais e sua troca de códigos, com base em ofertas de serviços, mas sem se fixar em algo contínuo como a *mancha* ou o *pedaço* “sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito *gay*, o circuito dos cinemas de arte, o circuito neo-esotérico, dos salões de dança e *shows* (MAGNANI, 2006, p.23)”.

O circuito permite uma conexão mais abrangente, com esta categoria é possível “ligar pontos descontínuos e distantes no tecido urbano, sem perder, contudo, a perspectiva de totalidades dotadas de coerência [...] e desta forma construir unidades analíticas mais consistentes”. (MAGNANI, 2014, p.2).

[...] essas categorias não se excluem e são justamente as passagens e articulações entre seus domínios que permitem levar em conta, no recorte da pesquisa, as escalas das cidades e os diferentes planos da análise. Elas constituem uma gramática que permite classificar e

descrever a multiplicidade das escolhas e os ritmos da dinâmica urbana não centrados nas escolhas de indivíduos, mas em arranjos mais formais em cujo interior se dão essas escolhas (MAGNANI, 2006, p.26).

Estudar o lazer do trabalhador e a fruição entre uma diversidade de pessoas se tornou algo essencial para a prática da cidadania, pois ao compreender como funcionam as interações se pode promovê-las ao ponto de estimular a possibilidade de exercer o Direito à cidade.

[...] o momento do lazer – instante de esquecimento das dificuldades do dia-a-dia – é também aquele momento e oportunidade do encontro, do estabelecimento de laço, do reforço dos vínculos de lealdade e reciprocidade, da construção das diferenciações. Em contraposição ao universo do trabalho, submetido à lógica do capital que programa espaços, gestos, tempos, a esfera do lazer é regida por outra lógica, aberta ao exercício de uma certa criatividade (MAGNANI, 1988, p.39).

Para discutir a visão de Magnani sobre os espaços de lazer na cidade de Joinville é preciso apresentar estes espaços e contextualizar sua aparição.

O sentido de espaço público pode variar de acordo com sua restrição de acesso por parte da população. Em hospitais, escolas, por exemplo, existe a necessidade de restrição para o exercício da função do espaço público. Porém a rua, a praça e o parque não apresentam restrições de acesso, são espaços públicos de uso coletivo e podemos identificar como livres de apropriação (salvo limitações de conduta estabelecidas em cada cidade) (SANTOS JR., 2015).

Do ponto de vista físico urbanístico, um espaço urbano coletivo ou comum poderia ser considerado como aquele espaço que, dentro da cidade, é de uso público e de posse coletiva, e pertence ao poder público ou à sociedade como um todo. Por exemplo, os espaços de circulação [e permanência] (como a rua ou a praça), os espaços de lazer e recreação (como os Parques urbanos e Praças), os espaços de contemplação (como uma cachoeira) [...]. Em todos estes casos, estaria garantido o livre direito de ir e vir de todos os cidadãos (SANTOS JR., 2015, p. 194).

Joinville: O Trabalho e o Lazer

A cidade de Joinville/SC apresenta em seu contexto histórico um processo de industrialização que se inicia no pós 2ª Guerra com o restante do Brasil e isto marca seu modo de urbanização mais evidente. De 1964-77 se destaca o período desenvolvimentista que até a década de 90 define a cidade como marcadamente operária (TERNES, 2002).

Na década de 80, os sindicatos foram instrumentos do capitalismo e agiram como educadores, apresentando aos cidadãos a forma disciplinada de agir. De acordo com Souza (2008): “No caso específico de Joinville, ficaram evidenciadas a participação dos intelectuais no adestramento dos trabalhadores para adequá-los ao sistema” (SOUZA, 2008, p 35-36).

O bem-estar do operário era veiculado como uma das principais metas getulistas. A alimentação dos operários, sua moradia e a concessão de seus direitos não se restringiam ao parque fabril, o controle e a vigilância estendiam-se para fora dos muros das fabricas. O trabalhador precisava ser educado para a jornada de trabalho e, após seu término, deveria aprender a viver em sociedade (SOUZA, 2008, p 133).

O cidadão joinvilense passou a encontrar seu espaço de lazer dentro da empresa com os grêmios recreativos e suas funções, como os restaurantes, quiosques, quadras esportivas e parques infantis, trazendo assim o operário em seu ócio para dentro dos limites vigiados da empresa.

Joinville é conhecida como a “cidade-trabalho”, “cidade da ordem” e/ou “Manchester Catarinense”, desde a década de 90, mas este título não acaba com a necessidade básica humana de socializar, de descansar e se divertir. Os cidadãos apresentam solicitações de mais lazer na cidade e o poder público ignora esta demanda,

age em prol do capital sob a bandeira social de trazer mais empregos para população (COELHO; SOSSAI, 2014).

Para compreender o espaço de lazer na cidade de Joinville sob as categorias de análise de Magnani tomar-se-á como exemplo o caso da praça Nereu Ramos e o calçamento da rua do Príncipe.

Rua do Príncipe - A Discussão do Calçamento

A rua do Príncipe é uma referência na cidade, é uma *mancha* de encontro e sociabilidade e faz parte do *circuito* do cidadão. No passado e no presente é uma rua conhecida por quem residem na cidade de Joinville/SC, por se encontrar na área central, local que no presente concentra comércio e também se configura como um importante eixo de acesso de quem utiliza o transporte público urbano. Mas no passado além de comércio era o local de equipamentos públicos e das imponentes residências da burguesia local, que ao longo de seus quase um quilometro de extensão a rua abriga hoje um total de 18 imóveis tombados. É nesta rua, nas proximidades da Praça Nereu Ramos, que se encontrava o caso destacado neste artigo, o calçamento da rua do Príncipe, que foi criado como um símbolo vanguardista para a cidade.

[...] Não havia explicitamente a intenção de agregar valor econômico ao patrimônio, mas instituir referenciais identitários a serem “assimilados” e devidamente aprendidos pelos migrantes joinvilenses, sobre como a cidade deveria ser representada e apropriada (ABEID FILHO, COELHO, 2015, p.27).

Logo após a criação do calçamento, em 1986, a Associação de Artesão de Joinville (AJART) solicitou o espaço para feiras de artesanatos, no que foi atendida pela prefeitura, mesmo sob o protesto dos comerciantes locais. Entretanto, em 2000, os

lojistas já mais estruturados iniciaram um processo de pressão aos governantes locais para a remoção da feira (Ibid., 2015).

Por quase vinte anos os cidadãos se apropriaram deste lugar como espaço de comércio, serviços e passeios porém, com muitos conflitos, oriundos do poder econômico que o espaço representava.

Segundo Souza, este lugar era utilizado pelas famílias para passeios e compras, em seu entorno havia fluxo intenso de automóveis e assim acentuava-se a demanda pela retirada do calçadão. Um período em que a prioridade na utilização dos espaços era dos veículos e não das pessoas (SOUZA; PEREIRA, 2013).

Assim, em 2004 se intensificaram os conflitos tendo seu ápice no dia 1º de março, data que aconteceu a demolição do calçadão como registrado nas fotos da figura 1, um espaço de vitalidade (Figura 1-A) que se viu marcado pela brutalidade (Figura 1 B e C).

Figura 1: A destruição do calçadão aconteceu no dia 1º de março de 2004.



Fonte: A) Arquivo Histórico de Joinville; B e C) ABEID FILHO; COELHO, 2015 - Acervo de Machado (“Peninha”).

A intervenção que levou à destruição do calçadão em 2004 apoiou-se em propósitos voltados à fruição do trânsito no centro. O que emerge da ação violenta sobre os artesãos removidos da Rua do Príncipe é a desconfiança sobre os reais motivos dessa atitude. Pelos relatos e publicações levantados, é mais fácil crer que [...] a mudança arquitetônica [foi] um mecanismo para retirar daquela rua um grupo indesejado, trazendo de volta a rua para uso privilegiado dos lojistas (ABEID FILHO; COELHO, 2015, p.28).

Pelos elementos de análise de Magnani, a categoria ‘simbólica’ foi destituída na rua do Príncipe de Joinville, o calçadão era o promotor do encontro entre semelhantes, tendo como marco de referência a Feira, que permitia a reunião de artesãos, artistas, hippies, e outras “tribos urbanas” que se identificavam com o espaço. Com isto a categoria ‘espacial’ também foi desmanchada, não tendo mais a *mancha* que caracterizava o espaço.

Para Magnani a apropriação do espaço da cidade é parte de uma dinâmica urbana que envolve as decisões de inúmeros agentes, “são resultados de rotinas cotidianas - ditadas por injunções coletivas que regulam o trabalho, a devoção, a diversão, a convivência e que deixam suas marcas no mapa da cidade. (MAGNANI, 1993, p.10).

No ambiente da cidade, as transições entre o fora e o dentro se dão em diferentes dimensões. Quando se trata da rua, a expressão do espaço público deveria prevalecer, porém quando se analisa o tratamento que tem sido dado a estes espaços (com a apropriação por parte do carro), é perceptível que a conotação mude e o espaço se restrinja aos cidadãos motorizados.

Praça Nereu Ramos – Fruição e Abandono

O local onde se encontra hoje a praça Nereu Ramos, em Joinville, foi anteriormente denominado de Maestro Carlos Gomes e era integrado pela presença física dos edifícios que abrigavam a Prefeitura e a Câmara de Vereadores e na sequência, se estabeleceram o Correio e o escritório do Moinho Rio Grandense. Nesta época a praça era extensão da casa dos moradores, uma continuidade dos casarões familiares que circundavam a praça.

Em 1939, sob a influência do estadonovismo a praça teve seu nome substituído para Jardim Nereu Ramos e a relação dos moradores também foi alterada devido às características políticas vividas neste período (SOUZA; PEREIRA, 2013; KIELWAGEN, 2016).

Durante o período seguinte [ao da era Vargas – Estado Novo] a Praça se estabeleceu como lugar público de sociabilidade e arte, tornando-se sala de espera para o cinema, ponto de encontro frequente e palco da cidade (KIELWAGEN, 2016, p.140).

Neste contexto histórico se percebe que as apropriações do espaço da praça, tanto simbólicas quanto espaciais, se alteraram de acordo com o momento político. Por ser um espaço de diversidade de usos por diferentes usuários foi importante local para encontro entre os grupos de diferentes “pedaços”, cujos trajetos e circuitos se diferenciavam.

Para uma melhor compreensão das formas de ocupação da praça Nereu Ramos utilizar-se-á dos estudos de Kielwagen (2016), a partir dos quais se fará o cotejamento das categorias de análise concebidas por Magnani.

Kielwagen (2016) em sua pesquisa de campo identificou que os usuários principais, que usufruem da praça, são também os promotores de sua vitalidade; sendo eles os trabalhadores do centro da cidade, os transeuntes, os jogadores de cartas e dominó, os artistas, os ambulantes, os jovens skatistas, ciclistas e os moradores de rua.

Para compreender o papel de cada grupo nas categorias de análise de Magnani é possível acompanhar, através da Figura 2, a descrição dos usos da praça para cada “tribo”.

Os trabalhadores do centro da cidade, além de serem transeuntes (que se deslocam até seus locais de trabalho), utilizam o lugar, nas suas horas de folga, como

ambiente de descanso (durante o dia), com curta permanência por se tratar de períodos de intervalo. Ocupam grande parte da área da praça onde existem locais para sentar a sombra.

O transeunte é possível identificar em toda a área da praça, por ter esta uma localização privilegiada entre o terminal urbano e o centro comercial da área central, por serem estes usuários de passagem, não permanecem no local. Na categoria de análise de Magnani, geram os fluxos do *trajeto*, talvez algum circuito e, dependendo da hora dos deslocamentos, conformam o pórtico, onde se deve passar rapidamente à noite.

O grupo dos jogadores de cartas e dominó é formado por senhores aposentados que se apropriam do local como uma extensão de suas casas e tem ali o momento de encontro e fruição, permanecem muitas horas, porém somente durante o dia. A área onde se estabelecem pode ser identificada como *mancha* por possuírem ali mobiliários urbanos que são os elementos fixos simbólicos do encontro. Mas o encontro é promovido pelas características de seus usuários, perfil que define a aceitação ou não no *pedaço*.

Já os “artistas” são pessoas que utilizam o local para promover troca cultural ou comercializá-la, existem dois tipos os “informais” que se situam nos locais de maior fluxo e permanecem por longos períodos, porém, somente durante os horários comerciais (de segunda a sexta durante o dia e sábado até o meio dia, ou em véspera de dias comemorativos com horários definidos pela CDL-Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville) e os “formais” que ocupam o palco e fazem apresentações culturais. A área onde estes últimos se estabelecem é dotada de infraestrutura e lhe confere a categoria de *mancha* por possuir elementos espaciais que promovem o encontro. Entretanto, nos meses de Julho acontece o Festival de Dança da cidade, e este local passa a fazer parte

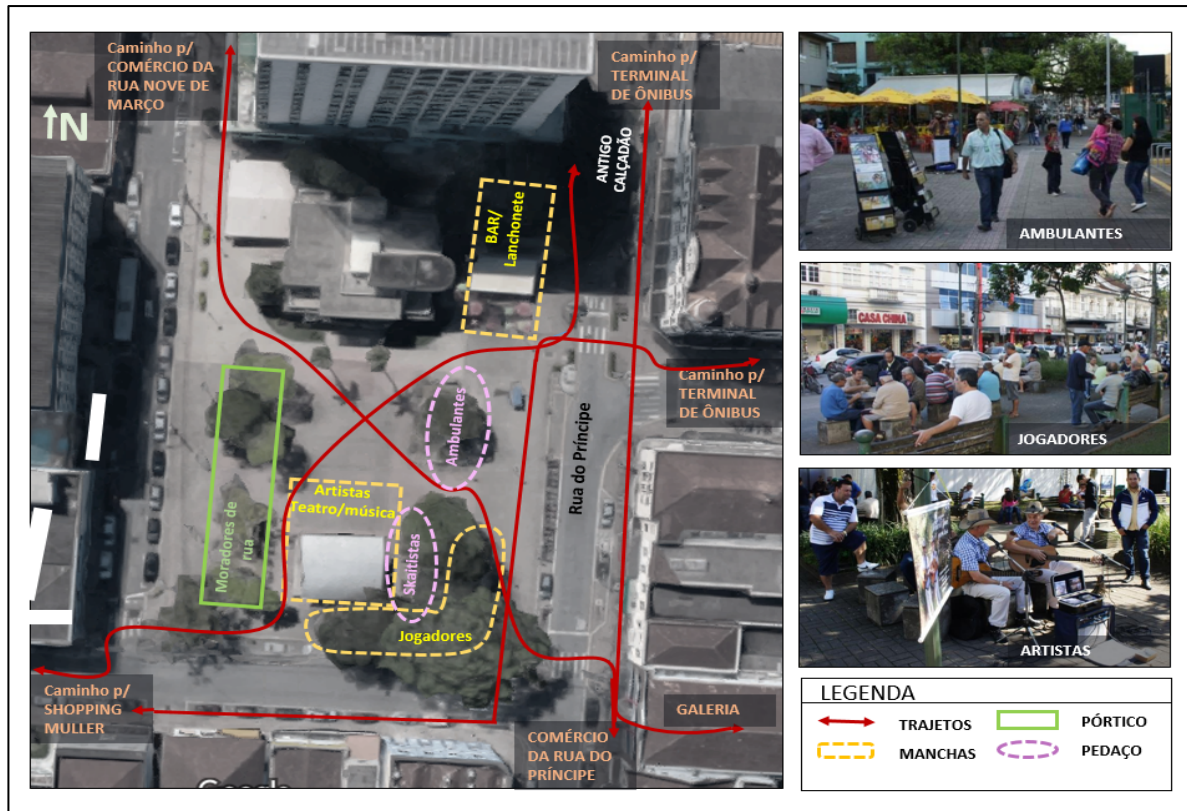
do *circuito* da dança da cidade, e juntam-se aos artistas a população transeunte, que neste período permanece no local para assistir aos shows e todos fazem parte do *circuito*.

A turma dos ambulantes é composta por comerciantes de alimentos e produtos, que utilizam o espaço para vender e também se tornam figuras importantes, interagem com vários grupos e acabam agindo como promotores de relações entre eles (outro grupo que permanece apenas em horário comercial). O *pedaco* é estabelecido neste encontro entre os pares, que pela atividade de artesanato se juntam e se protegem.

Os jovens skatistas e ciclistas fazem suas manobras no entorno da praça e se utilizam dela para descansar e conversar. Utilizam a praça em momentos esporádicos e isto pode ser nos três períodos do dia e durante toda a semana. Este grupo constrói seu *pedaco* que é facilmente identificável por seus códigos de vestir, falar e se divertir.

Já os moradores de rua se apropriam dos bancos, gramados e canteiros e se protegem da chuva em marquises. São os sujeitos de maior permanência no local, estão em todos os horários, mas a frequência depende da “tolerância” dos comerciantes e da polícia local. A eles cabe a construção das áreas de pórtico, normalmente nos locais de menor visibilidade.

Figura 2: Praça Nereu Ramos e suas apropriações urbanas



Fonte: Elaborado pelas autoras / Base: Kielwagen, 2016.

Para que esta dinâmica aconteça alguns elementos simbólicos estão presentes e fazem com que estes grupos queiram estar “aqui” e não “ali”. Ao acompanhar a figura 2 é possível compreender melhor a descrição dos usos que instituem uma dinâmica urbana. No caso dos Ambulantes, sua localização é estratégica, estão no fluxo das pessoas que vem do terminal urbano. Os transeuntes, por sua vez, tendem a utilizar o lado da rua que tem a praça, por apresentar mais conforto com vias mais largas, que permite maior fluidez e segurança. Os jogadores se concentram onde o mobiliário urbano os induz, locais com mesa de jogos fixas e arborização para seu conforto térmico (abrigo do sol). Já os artistas se utilizam do centro da praça, uma área coberta e com palco, criada para a função específica de abrigar atividades culturais. Os moradores de rua se aglomeram em uma área um pouco mais reservada onde o fluxo de pessoas e

veículos é mais reduzido, e assim podem usufruir dos mobiliários urbanos com maior propriedade, sem tantos olhares de julgamento.

Nesta descrição se identificou os elementos simbólicos e espaciais que unem determinados grupos originando seus territórios. As categorias de análise de Magnani ajudaram a compreender quais os elementos que promovem ou repelem a união entre as pessoas.

Mesmo com toda vitalidade presente na praça em horário comercial é no horário noturno e nos finais de semana que o abandono e a insegurança prevalecem no local. A área é de uso predominante comercial e serviços e quase não possui mais residências. As casas antigas (tombadas e as demais) são em sua maioria de dois pavimentos, que abrigam, no térreo, o comércio e no primeiro pavimento os depósitos. Como o comércio fecha a noite e nos finais de semana, o local não apresenta atrativos para as pessoas permanecerem. Sem população, a segurança é abalada.

Considerações Finais

Com base na revisão da literatura foi possível apresentar a relação do direito a cidade, trabalho e lazer, e formar uma estrutura de ideias que conduziu o presente artigo pautadas na dialética lazer e trabalho.

Os estudos do antropólogo Jose Cantor Magnani sobre o lazer no Centro da Cidade deram subsídios para o entendimento da dinâmica urbana. Suas categorias de análises para identificar a relação humana do lazer em espaços públicos permitem compreender as interações materiais e imateriais do espaço urbano.

A cidade de Joinville foi utilizada como exemplo, tendo como limitador o caso da praça Nereu Ramos e seu antigo Calçadão. Nestes estudos foi possível identificar

que os momentos políticos da cidade e do país influenciam no uso do espaço urbano de lazer.

O Calçadão foi um caso em que a fruição coletiva existia, mas em razão do capital foi solicitada sua extinção. A decisão do poder público e da classe dominante culminou na demolição do espaço e marcou a perda de um espaço para pessoas em detrimento dos proprietários de veículos automotores.

O caso da Praça Nereu Ramos é um exemplo de diferentes usos em um espaço de lazer, que resulta no encontro de uma diversidade de pessoas. Com base nas categorias de análise de Magnani se interpretou as formas de apropriação dos espaços e a heterogeneidade do público.

Porém, mesmo com a vitalidade encontrada, se identificou um problema quanto aos períodos de uso do lugar, em que nos finais de semana e à noite, fica abandonado. O elemento de maior relevância seria criar condições para a volta de moradores, situação inviável no momento atual, tendo em vista a especulação imobiliária vigente que extrapola os preços, limitando a classe dominante o poder de compra.

Com este ensaio foi possível destacar a relevância de estudos nas áreas de lazer em espaços públicos, sua importância como elemento unificador de grupos diversos. Foi possível também compreender os elementos que regem o encontro e as relações sociais e com isto ter ferramentas teóricas para propor intervenções nos espaços que possibilitem as apropriações da cidade pelos diferentes grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ABEID FILHO, J.; COELHO, I. Uma via em disputa: Rua do Príncipe, 1986 e 2004. **Revista Confluências Culturais**, v. 4, n. 2, p. 20-31, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/download/131/158> . Acesso em: 07 jul. 2017.

COELHO, I.; SOSSAI, F. C. História oral, cidade e lazer no tempo presente. **História Oral**, v. 17, p. 7-37, 2014. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br> . Acesso em: 20 jun. 2017.

KIELWAGEN, C. W. **História, configuração e apropriação do espaço público: a Praça Nereu Ramos em Joinville /SC**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 1991. 143 p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Lazer dos trabalhadores. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 2(3), p. 37-39, jul./set. 1988. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n03/v02n03_07.pdf Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. A rua e a evolução da sociabilidade. **Cadernos de História de São Paulo**, v. 2, p. 45-54, 1993.

_____. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 166 p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, v. 35, p. 191-203, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/111360/109552>. Acesso em: 19 abr. 2017.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2006. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de_perto_de_dentro.pdf Acesso em: 19 abr. 2017.

_____. **O Circuito: proposta de delimitação da categoria**. Núcleo de Antropologia Urbana da USP, v.15, 2014. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/2041> . Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. Quando o campo é a cidade: O lazer e a lógica do pedaço. In: MAGNANI, José G. C.; TORRES, Lilian de L. (Org.). **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. EDUSP, São Paulo, 1996.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C (Org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MEDEIROS, Ethel B. O lazer no planejamento urbano. **Cadernos de Administração Pública**, n. 82 - Administração Geral, 1971.

OMETTO, A. M. H; FURTUOSO, M. C. O; da SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 5, p. 403-414, 1995.

SANTOS JR, O. A. Urban common space, heterotopia and the right to the city: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 6, n. 2, p. 146-157, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd1=12686&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Espaço e Tempo: Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 260 p.

SOUZA, G. M. de. **Cidade onde se trabalha: A propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville**. Itajaí: Maria do Cais, 2008. 190 p.

_____. PEREIRA, G. **Recortes de uma história cotidiana**. Simpósio Nacional de História, 27º, Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364223650_ARQUIVO_Recortesd eumahistoriacotidiana.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

TERNES, A. **A economia de Joinville no século 20**. Letradágua, 2002. 87 p.

Endereço das Autoras:

Cristienne Magalhães P. Pavez
Unisociesc - Campus Boa Vista
Rua Albano Schmidt, 3333 - Boa Vista
Joinville – SC – 89.206-001
Endereço Eletrônico: cristiennep@gmail.com

Vera Lúcia N. Dias
UDESC
Av. Me. Benvenuta, 2007 - Itacorubi
Florianópolis – SC – 88.035-901
Endereço Eletrônico: veraludias@gmail.com